

RECURSO ESPECIAL Nº 1.686.885 - RN (2017/0179914-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : GUSTAVO HELBER BARBALHO BARRETO
RECORRENTE : CLINICA AGNUS DEI EIRELI - ME
ADVOGADO : ANTONYEL FERREIRA LIMA - RN010707
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : VITOR YURI ANTUNES MACIEL E OUTRO(S) - PE022411

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GUSTAVO HELBER BARBALHO BARRETO, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal Regional da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA BANCÁRIA. NULIDADES INEXISTENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS E MAJORADOS.

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que, em ação de execução de título extrajudicial (contrato particular de consolidação, confissão, renegociação de dívidas e outras obrigações) ajuizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em face da empresa CLÍNICA AGNUS DEI EIRELI - ME e do coobrigado GUSTAVO HELBER BARBALHO BARRETO, rejeitou a exceção de pré-executividade por estes manejada, determinando a manutenção da execução e condenando os excipientes, ora agravantes, a pagar honorários advocatícios sucumbenciais no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da execução (CPC, art. 85, §º 3º, I).

2. O contrato de renegociação estabelece o prazo do financiamento, os encargos financeiros, as condições de pagamento antecipado/amortização da dívida, as garantias, bem como condições para a cessão e cobrança do crédito e se encontra acompanhado do demonstrativo dos cálculos da dívida. A despeito de haver uma diferença entre as numerações de páginas constante na parte superior e na parte inferior das folhas, não há qualquer prejuízo à ampla compreensão do contrato.

3. De acordo com o entendimento fixado pelo STJ, "o regime jurídico dos honorários advocatícios sucumbenciais é o vigente no momento da propositura da demanda (REsp 1111157/PB, rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Primeira Seção, julg. 22/04/2009, sob o regime

dos recursos repetitivos). Além disso, o mesmo STJ fez editar o Enunciado Administrativo n. 7, segundo o qual "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC."

4. Da leitura dos dois entendimentos emanados do STJ, compreende-se que os honorários advocatícios sucumbenciais fixados na sentença seguem a lei processual em vigor na data do ajuizamento da ação e, em caso de recurso, a sua eventual majoração, na forma do § 11, do art. 85 do CPC, somente poderá se dar se o mesmo tiver sido interposto quando essa nova regra já estava em vigor. Na hipótese, as regras do CPC em vigor se aplicam em sua totalidade.

5. Irretocável, pois, a decisão recorrida que deu cumprimento ao que estabelece o inciso I, do art. 85 do CPC, condenando os agravantes a pagar honorários advocatícios sucumbenciais por se tratar de execução resistida através do manejo da exceção de pré-executividade 6. Agravo de instrumento improvido. Honorários advocatícios sucumbenciais majorados para o percentual de 12% (doze por cento) incidente sobre o valor da execução (CPC, art. 85, § 11). " (e-STJ,fl.132/133)

Em suas razões recursais, a recorrente argumenta a nulidade da execução, por não haver sido juntado o título executivo em sua integralidade e por não ter sido juntado contrato originário, que deu origem ao contrato de renegociação da dívida, o que teria violado o inciso I, e o parágrafo único, do art. 798; o inciso I, do art. 803, todos do CPC.

Apresentadas contrarrazões às fls. .169/176.

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de nulidade da execução, por não haver sido juntado o título executivo em sua integralidade, expressamente consignou o seguinte:

"Com efeito, o contrato de renegociação estabelece o prazo do financiamento, os encargos financeiros, as condições de pagamento antecipado/amortização da dívida, as garantias, bem como condições para a cessão e cobrança do crédito. A despeito de haver uma diferença entre as numerações de páginas constante na parte superior e na parte inferior das folhas, não há qualquer prejuízo à ampla compreensão do contrato." (e-STJ fl. 132)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido, para concluir pela existência de prejuízo à ampla compreensão do contrato pela diferença entre as numerações de páginas constante na parte superior e na parte inferior das folhas, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. TEMPESTIVIDADE. RECESSO FORENSE. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA. NOVO EXAME DO RECURSO. MÉRITO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PLEITO DE NULIDADE DO CONTRATO DE MÚTUO ENTABULADO ENTRE AS PARTES ALEGANDO QUE FOI REDIGIDO DE FORMA A NÃO SER ENTENDIDO PELO CONSUMIDOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. Para os recursos interpostos sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, permanece hígido o entendimento proclamado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, ocorrido em 19/09/2012, de que a comprovação da tempestividade do recurso, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo interno, conforme ocorreu no caso dos autos. Com isso, reconsidera-se a decisão agravada.

2. O Tribunal de origem, à luz das circunstâncias do caso concreto, em especial na análise do instrumento contratual firmado entre as partes, concluiu pelo afastamento da nulidade apontada, mormente da afirmada ausência de clareza das cláusulas do contrato. A modificação do referido entendimento demandaria nova interpretação do contrato, bem como a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é defeso em sede de recurso especial, a teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno provido, para reconsiderar a decisão ora agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial.

(AgInt no AREsp 1261749/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 19/09/2019)

Quanto à ausência de juntada do contrato originário, que deu origem ao contrato de renegociação da dívida, o Tribunal de origem consignou o seguinte:

"De início, devo registrar que a execução foi proposta com fundamento no Contrato Particular de Consolidação, Confissão, , cujo art. 1º faz menção ao contrato de financiamento originário (Contrato Renegociação de Dívida e Outras Obrigações 17.0560.605.0000286-01) apenas para estabelecer que o total da dívida (R\$ 193.561,54 - cento e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) foi apurado de acordo com o que fora nele estabelecido. A partir da fixação desse novo valor do empréstimo, as regras do financiamento encontram-se devidamente fixadas no instrumento da renegociação.

Com efeito, o contrato de renegociação estabelece o prazo do financiamento, os encargos financeiros, as condições de pagamento antecipado/amortização da dívida, as garantias, bem como condições para a cessão e cobrança do crédito. (...)

Demais disso, o contrato que instrui a inicial da execução encontra-se acompanhado de demonstrativos de débito em que estão explicitados os cálculos adotados pela CAIXA." (e-STJ, fls. 131/132)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA ASSINADO PELO DEVEDOR E POR DUAS TESTEMUNHAS. FORÇA EXECUTIVA. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DOS CONTRATOS ORIGINÁRIOS. SÚMULA 300/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. "O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial" (Súmula 300/STJ). 2. Hipótese na qual o Tribunal de origem reconheceu que o instrumento particular de confissão de dívidas apresentado, assinado pelo devedor e por duas testemunhas, constitui título executivo extrajudicial, sendo que a ausência de apresentação dos contratos anteriores que deram origem à renegociação não retira a executoriedade do instrumento executado. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1764753/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 29/05/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 12% para 13% sobre o valor da execução.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator